TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Agora Flávio é que tem interesse menor no debate

Neste Segundo Turno das eleições não é mais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o principal candidato desinteressado de debates eleitorais. É a equipe do senador Flávio Bolsonaro (PL) que está reavaliando se ele deve ou não aceitar participar de debates. Lula, por sua vez, tem dito a assessores que está pronto para enfrentar Flávio "seja onde for".

Marqueteiros de eleições lidam com subjetividades na preparação da imagem do pública do candidato e nas peças a serem apresentadas na campanha. De resto, costumam ser bem objetivos. Em se tratando de debates eleitorais os marqueteiros, se perguntam, antes de mais nada: "o que meu candidato ganha com isso? E o que ele perde?"

Enumeram os prós e contras e fazem um conta de soma e subtração. Se o resultado for positivo, vale a pena ir. Se for negativo, nem pensar.

No primeiro turno, as equipes de Lula e de Flávio fizeram as contas. O petista estava na frente nas pesquisas e seus assessores concluíram que ele, mesmo que se saísse bem, se submeteria a um risco desnecessário. Daria chances aos candidatos adversários de manipularem recortes do programa, contra ele, para expor nas redes sociais.

Flávio Bolsonaro estava até mais disposto a um embate cara a cara com o primeiro colocado nas pesquisas. Mas, como Lula não se habilitou, ele também não quis participar de um programa contra os demais candidatos, mal colocados nas pesquisas, em que se tornaria o único alvo presente.

Foram ambos assim até o último debate programado, da TV Globo, previsto para a quinta-feira passada, dia 1º, quando Lula enfim bateu o martelo de que não participaria. Resolveu dar uma entrevista ao Flow Podcast. Aí o programa da Globo começou a "flopar".

O Tribunal Superior Eleitoral vetou decisão da emissora de exibir o púlpito vazio, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o candidato Renan Santos (Missão), não convidado, tinha direito a participar e, por fim, Flávio Bolsonaro resolveu também não ir. Resultado: pela primeira vez em 20 anos, o primeiro turno terminou sem confronto dos líderes das pesquisas em debate.

Agora, com o avanço da disputa para o segundo turno, há uma expectativa maior de que os dois adversários se encontrem. Exceto se, de fato, a equipe de Flávio Bolsonaro realmente não aceitar.

As principais emissoras de TV já começaram a desenhar um novo calendário de debates presenciais entre eles, como os previstos pela TV Bandeirantes – em geral o primeiro encontro – e pela TV Globo, tradicionalmente o último embate.

Mas essa é uma eleição cheia de surpresas. Os institutos de pesquisa não conseguiram captar a virada de Flávio Bolsonaro. Nunca antes a Globo desmarcou de última hora o debate com tudo montado. Nunca antes os tribunais superiores intervieram tanto num debate. Não dá para garantir que os candidatos, enfim, se encontrarão.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

STF é supremo, mas não absoluto

O Supremo Tribunal Federal conseguiu algo inédito desde 1974, fornecer uma pauta unificada para a normalmente chocha disputa Senado. Há 52 anos, a eleição de 16 senadores abalou a ditadura; no domingo, o pleito serviu para derrotar o STF numa eleição em que — como integrante do Poder Judiciário — sequer deveria ter entrado.

As piruetas verbais e regimentais utilizadas para adiar a investigação sobre o ministro Alexandre de Moraes e as decisões monocráticas relacionadas ao debate da Globo foram decisivas para que parte da população aderisse de maneira organizada ao apelo bolsonarista para a eleição de senadores capazes de abrir processos de impeachment contra integrantes do STF.

Não é de hoje que a suprema corte usa e abusa de seus poderes. Demorou muito tempo para tomar medidas que contivessem os abusos da Lava Jato — só o fez tardiamente, e depois de perceber as ameaças institucionais de Jair Bolsonaro. A tolerância com as pedaladas processuais de Sérgio Moro impediu que Lula permanecesse no ministério de Dilma Rousseff vetou sua participação na eleição de 2018. O reconhecimento tardio de algo básico — o processo contra o petista não deveria correr na Justiça Federal de Curitiba — não colocou de volta no tubo a pasta com que o dragão do autoritarismo desde então limpa e dá brilho nos dentes.

Decisivo para travar o avanço golpista, o STF errou ao não exercer a autocontenção. Penas excessivas impostas a criminosos do baixo clero despertaram sentimentos de solidariedade com condenados, estimularam apelos por anistia e relativizaram a gravidade dos atos que eles haviam cometido.

Ao retirar do plenário e levar para sua turma o julgamento do núcleo que comandou a tentativa de golpe, Moraes garantiu uma condenação unânime, mas diminuiu o peso e a representatividade do veredito.

Integrado por ministros indicados pelo presidente da República, o STF tem, até por isso, uma ligação forte com o universo político. Mas vem errando ao estabelecer uma espécie de linha direta com os poderes políticos e empresariais.

Quem tem o poder de mandar prender e soltar não pode ter intimidade com seus eventuais réus, as relações têm que ser institucionais, e não pessoais.

Ministros não podem comer pizza com presidente da República (como Dias Toffoli fez com Bolsonaro), nem participar de reuniões políticas com chefes do Executivo e do Legislativo (como Moraes fez com Lula e Davi Alcolumbre).

Ministros não podem tomar decisões coordenadas com o calendário eleitoral e nem omitir decisões que comprometem um candidato à Presidência (como fez André Mendonça), usar um cavalo de Tróia processual para atacar outro tipo de equino (como fez Flávio Dino). Ministros não podem tomar decisões monocráticas que atropelam a eleição (como fizeram Kássio Nunes Marques e Gilmar Mendes).

Ministros não podem impedir que colegas sejam investigados (além de Moraes, Dias Toffoli e Nunes Marques estão na fila, apenas no caso Master). Ministros não podem achar que não podem ser derrubados.

EDITORIAL

A maior representação democrática: o voto

A descrença na política brasileira é compreensível. Escândalos, promessas não cumpridas, disputas cada vez mais agressivas e a distância entre representantes e cidadãos alimentam a sensação de que votar pouco muda. Mas é justamente nesse ambiente de desencanto que a abstenção elevada se torna um problema que merece atenção.

Em uma eleição na qual o voto é obrigatório, deixar de comparecer às urnas não deveria ser tratado apenas como uma decisão individual. A ausência em massa reduz a participação efetiva da sociedade na escolha de seus representantes e amplia a distância entre as instituições e aqueles que deveriam ser sua principal referência: os cidadãos.

O desafio, portanto, não é simplesmente convencer o eleitor a votar. É reconstruir as razões para que ele queira participar. E essa responsabilidade não pode ser transferida ao eleitor. Cabe aos partidos e às campanhas fazer sua parte.

Isso começa por campanhas menos centradas em ataques e mais interessadas em apresentar propostas concretas. O eleitor precisa saber o que cada candidatura pretende fazer, quanto custará, quais serão as prioridades e como suas promessas poderão ser cobradas. Debates devem servir à comparação de ideias, não apenas à produção de conflitos. A comunicação eleitoral também precisa abandonar a linguagem excessivamente técnica ou vazia e dialogar com os problemas reais da população.

Partidos, por sua vez, devem compreender que o estímulo à participação não termina no dia da eleição. Transparência, prestação de contas, formação política e presença permanente nas comunidades são instrumentos para recuperar a confiança perdida. Campanhas também precisam combater a desinformação e explicar, de maneira simples, como votar, quais cargos estão em disputa e por que cada escolha produz consequências concretas.

Nada disso significa exigir que o eleitor confie cegamente na política ou em qualquer candidato. Significa reconhecer que a democracia depende também da participação de quem desconfia dela. O voto pode ser crítico, exigente e até acompanhado de protesto dentro das regras democráticas.

Se os índices de abstenção crescerem, partidos e campanhas não poderão simplesmente culpar a apatia do eleitor. A pergunta mais importante será outra: o que fizeram para merecer sua atenção? Em uma democracia, conquistar o voto é também conquistar a disposição do cidadão de acreditar que sua participação ainda vale a pena.

OPINIÃO DO LEITOR

Salve a democracia!

Não sei como funciona a consciência de cada eleitor. É realmente algo pessoal, mas acho importante que avaliem que o que o Brasil merece não é o presidente menos pior, e sim, o mais competente. Salve a democracia!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal